



# CÂMARA MUNICIPAL DE ~~ITAÚNA~~ ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna - MG  
Fl. 01  
Visto

## I - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA Nº46 /2025

Itaúna, 03 de novembro de de 2025.

Ofício

Rito: Lei Federal 14.133/2021

DE: Jardel Silva Guimarães

**Gerente Institucional**

PARA: Sílvio José Vilaça

**Gerente Administrativo e Financeiro**

Prezado Gerente,

Solicito que seja realizada a aquisição de uma bancada de atendimento, conforme as necessidades desta Casa Legislativa.

### **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

Em atendimento ao Ofício nº 090/2025, advindo do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), faz-se necessária a execução de um novo balcão de atendimento acessível, dimensionado sob medida, de forma a atender integralmente aos requisitos de acessibilidade previstos na ABNT NBR 9050/2020, garantindo o uso adequado por pessoas em cadeira de rodas e demais usuários com mobilidade reduzida.

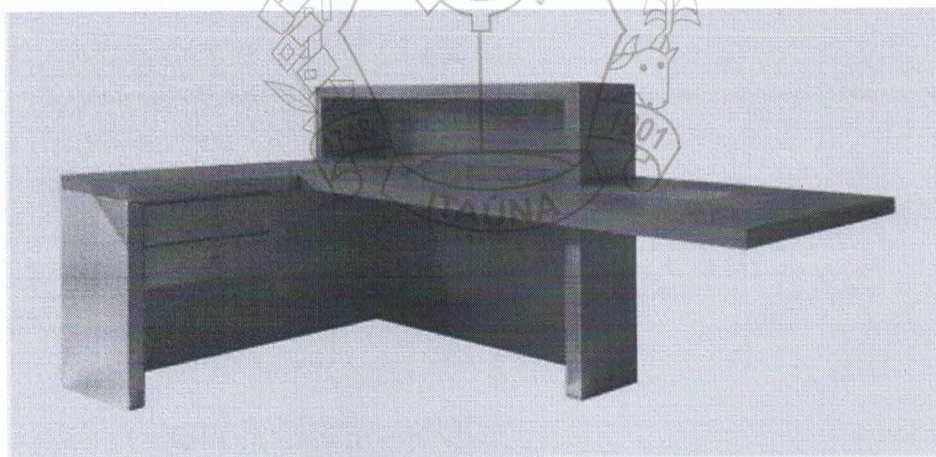
O balcão atual não atende plenamente às normas de acessibilidade, especialmente quanto à altura, alcance e espaço de aproximação. A instalação de um novo modelo permitirá um atendimento mais inclusivo, autônomo e seguro, assegurando o cumprimento das legislações vigentes e promovendo a igualdade de acesso a todos os cidadãos.

**DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Item	Qtde.	Unid	Produto	Preço unitário R\$
01	01	Un	BALCÃO DE ATENDIMENTO	
VALOR TOTAL				

**BANCADA DE ATENDIMENTO ACESSÍVEL**

- Bancada de atendimento em MDF;
- Com duas gavetas internas;
- Confeccionada sob medida, conforme modelo abaixo:
- 



*Imagem 3D de bancada proposta*







# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS



## TERMO DE REFERÊNCIA Art. 6º XXIII da Lei Federal N.º 14.133/2021

### 1. DO OBJETO:

1.1 A presente licitação tem por objeto aquisição de uma bancada de atendimento, conforme as necessidades desta Casa Legislativa – MG.

### 2. DA JUSTIFICATIVA:

2.1 Em atendimento ao Ofício nº 090/2025, advindo do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), faz-se necessária a execução de um novo balcão de atendimento acessível, dimensionado sob medida, de forma a atender integralmente aos requisitos de acessibilidade previstos na ABNT NBR 9050/2020, garantindo o uso adequado por pessoas em cadeira de rodas e demais usuários com mobilidade reduzida.

2.2 O balcão atual não atende plenamente às normas de acessibilidade, especialmente quanto à altura, alcance e espaço de aproximação. A instalação de um novo modelo permitirá um atendimento mais inclusivo, autônomo e seguro, assegurando o cumprimento das legislações vigentes e promovendo a igualdade de acesso a todos os cidadãos.

### 3. FUNDAMENTO LEGAL e DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A contratação para aquisição dos itens objetos deste Termo de referência está fundamentada no art. 75 inciso II da Lei Federal 14.133/2021. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta de dotação própria da Câmara Municipal, na classificação orçamentária EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 01001.0103100012.002.44905200000, Ficha 20.

### 4. ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS, ESTIMATIVA DE GASTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2025:

4.1 Julgamento das propostas será **MENOR PREÇO GLOBAL**:

Item	Qtde.	Unid	Produto	Preço unitário R\$
01	01	Und	BANCADA DE ATENDIMENTO	
VALOR TOTAL				



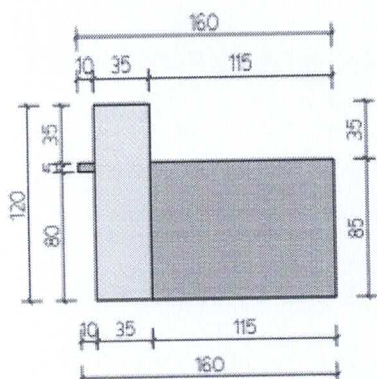






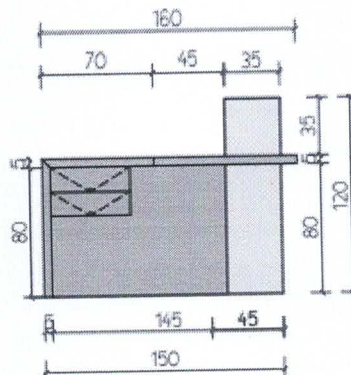
## CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna-MG  
FI 07  
Visto



**VISTA LATERAL DIREITA**

BALCÃO RECEPÇÃO  
ESCALA 1: 50



**VISTA LATERAL ESQUERDA**

BALCÃO RECEPÇÃO  
ESCALA 1: 50

### 5. DO LOCAL DA ENTREGA

5.1. A entrega dos materiais deverá ser realizada na rua Getúlio Vargas, nº 800, Centro, Itaúna, Minas Gerais, devendo ser previamente agendada utilizando como forma de comunicação oficial o e-mail: [compras@cmitauna.mg.gov.br](mailto:compras@cmitauna.mg.gov.br) e/ou telefone (37) 3249-2066.

### 6. DAS CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

6.1. Os materiais deverão obedecer, rigorosamente, às prescrições e exigências contidas neste Termo de Referência.

6.2. É de inteira responsabilidade do(s) licitante(s) vencedor(es) a entrega dos materiais, devendo observar prazos e especificações exigidas, sujeitando-se ao Código de Defesa do Consumidor.

6.3. Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas no certame ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a licitante vencedora será obrigada a substituí-los em 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação da Administração.

### 7. DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

7.1. O material será recebido de uma só vez, na sede da Câmara Municipal de Itaúna/MG, pelo setor de almoxarifado.

7.2. A empresa vencedora deverá entregar os produtos licitados durante o horário de expediente da Câmara Municipal, qual seja, de 8h às 16h, e no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar do recebimento da autorização de fornecimento.

7.3. A empresa vencedora do certame deverão aceitar, mediante solicitação da Câmara Municipal, que se procedam às mudanças nos dias e horários de fornecimento dos produtos, sempre que houver necessidade.





## CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna - MG  
FI 08  
Visto

- 7.4. Os materiais entregues deverão apresentar-se em embalagem lacrada e intacta.
- 7.5. A Câmara Municipal de Itaúna emitirá nota autorizativa de fornecimento (ou nota de empenho) dos respectivos produtos, o qual deverá ser devolvido a este órgão com a respectiva nota fiscal.

### 8. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 8.1. Nos preços ofertados pelas licitantes deverão estar computadas todas as despesas, como impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, fretes, taxas e outras despesas de qualquer natureza, necessárias ao fornecimento dos materiais ou à prestação dos serviços.
- 8.2. Após aprovação pelo Gerente da Unidade Administrativa e Financeira, a Nota Fiscal será encaminhada para a Contabilidade para pagamento em até 05 (cinco) dias úteis.
- 8.3 A aquisição dos produtos, objeto do presente Termo ficarão sujeitos à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) conforme previsto na legislação federal vigente (Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal) ou superveniente c/c o Decreto Municipal nº 8.199, de 04 de Abril de 2023, para a matéria.

### 9. DA PROPOSTA COMERCIAL:

- 9.1 A proposta deverá ser confeccionada em papel timbrado do próprio fornecedor, contendo marca e prazo mínimo de 60 dias de validade e deverá ser entregue diretamente na Secretaria Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, sediada na Rua Getúlio Vargas, nº 800, Centro, Itaúna, Minas Gerais, CEP: 35680-037, ou poderá também ser enviada via e-mail ([compras@cmitauna.mg.gov.br](mailto:compras@cmitauna.mg.gov.br)), desde que contenha os dados da empresa, como CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail de contato e assinado pelo responsável.

Itaúna, 06 de novembro de 2025.

LEONARDO  
LOPES

DORNAS:00090  
636686

Assinado de forma  
digital por LEONARDO  
LOPES  
DORNAS:00090636686  
Dados: 2025.11.06  
13:24:38 -03'00'

**Leonardo Lopes Dornas**  
**Chefe de Compras**



### AVISO DE CONTRATAÇÃO – LEI Nº 14.133/2021

#### CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA - MG AVISO DE CONTRATAÇÃO – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II, § 3º da Lei 14.133/2021

A Câmara de Itaúna, em conformidade com Art. 75, inciso II, § 3º – da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados, que pretende realizar a aquisição novo balcão de atendimento acessível, dimensionado sob medida, de forma a atender integralmente aos requisitos de acessibilidade, para a Câmara Municipal de Itaúna/MG, sob as condições discriminadas e especificadas no Termo de Referência. O Termo de Referência está disponível no Site Oficial da Câmara: <https://www.cmitauna.mg.gov.br/licitacoes>. Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Compras da Câmara Municipal de Itaúna, sediada à Av. Getúlio Vargas, nº800, Centro, CEP: 35680-037, no horário de 08h00 às 16h00. Os eventuais interessados podem apresentar sua Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração da Câmara escolherá a mais vantajosa. O critério de julgamento será o menor Preço Global.

A proposta deverá ser confeccionada em papel timbrado do próprio fornecedor, contendo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de validade e deverá ser entregue diretamente no Setor de Compras da Câmara Municipal de Itaúna, sediada à Av. Getúlio Vargas, nº800, Centro, CEP: 35680-037, no horário de 08:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: [compras@cmitauna.mg.gov.br](mailto:compras@cmitauna.mg.gov.br), desde que contenha os dados da empresa, como CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail de contato.



Assunto **COTAÇÃO/PESQUISA DE PREÇO Balcão de atendimento**

De Setor de Compras <compras@cmitauna.mg.gov.br>

Para <premiermoveispla@gmail.com>

Cópia Oculta (Cco) <deivissonnogali@outlook.com>, <planejadosnovare@hotmail.com>

Data 10/11/2025 08:33

Prioridade Mais alta



- TERMO DE REFERÊNCIA ASSINADO.pdf(~317 KB)

Prezado(a),

Solicitação cotação/pesquisa de preço para realizar a aquisição **aquisição de uma bancada de atendimento**, conforme especificações detalhadas neste termo de referência, a serem fornecidos durante o ano de 2025, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Itaúna – MG.

A proposta deverá ser confeccionada em papel timbrado do próprio fornecedor, contendo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de validade e deverá ser entregue diretamente na Secretaria Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, sediada na Rua Getúlio Vargas, nº 800, Centro, Itaúna, Minas Gerais, CEP: 35680-037 ou poderá também ser enviada via e-mail, desde que contenha os dados da empresa, como CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail de contato e assinado pelo responsável.

**\*FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO\***

Atenciosamente,

Ana Luiza M. Oliveira

Estagiária Administrativa

--



Setor de Compras  
Câmara Municipal de Itaúna

(37) 3249-2088

Assunto **RE: COTAÇÃO/PESQUISA DE PREÇO Balcão de atendimento**  
De NOVARE Moveis Planejados <planejadosnovare@hotmail.com>  
Para Setor de Compras <compras@cmitauna.mg.gov.br>  
Data 11/11/2025 11:10



- ORÇAMENTO CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA.pdf(~639 KB)

Bom dia Ana Luísa,

Segue em anexo a carta de orçamento do móvel solicitado.

Att;

*Estamos a disposição para eventuais dúvidas e negociações!!!*

(37) 9 9805 5769- Sabrina

(37) 9 9808 8855- Jéssica



De: Setor de Compras <compras@cmitauna.mg.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 10 de novembro de 2025 08:33

Para: premiermoveispla@gmail.com <premiermoveispla@gmail.com>

Assunto: COTAÇÃO/PESQUISA DE PREÇO Balcão de atendimento

Prezado(a),

Solicitação cotação/pesquisa de preço para realizar a aquisição **aquisição de uma bancada de atendimento**, conforme especificações detalhadas neste termo de referência, a serem fornecidos durante o ano de 2025, em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Itaúna – MG.

A proposta deverá ser confeccionada em papel timbrado do próprio fornecedor, contendo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de validade e deverá ser entregue diretamente na Secretaria Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, sediada na Rua Getúlio Vargas, nº 800, Centro, Itaúna, Minas Gerais, CEP: 35680-037 ou poderá também ser enviada via e-mail, desde que contenha os dados da empresa, como CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail de contato e assinado pelo responsável.

**\*FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO\***

Atenciosamente,

Ana Luiza M. Oliveira

Estagiária Administrativa

--



Setor de Compras

Câmara Municipal de Itaúna

(37) 3249-2088





Ao cuidados de Ana Luísa  
Cliente: Câmara Municipal de Itaúna  
Data do orçamento: 11/11/ 2025  
Data de Vencimento: 26/ 11/ 2025





## APRESENTAÇÃO


A **Novare** é uma empresa referência no segmento de móveis planejados, dedicada a oferecer soluções exclusivas e de alta qualidade para projetos residenciais e corporativos. Com uma equipe de profissionais especializados, buscamos aliar funcionalidade, estética e durabilidade em cada projeto, desenvolvendo ambientes personalizados que atendem às necessidades. Nosso compromisso é transformar espaços, proporcionando conforto, sofisticação e praticidade em cada detalhe.

planejadosnovare@hotmail.com  
(37)998055769

Rua Conceição Rodrigues Guimaraes 72 Santiago- Itaúna  
CNPJ 11.134.454/0001-71

**Nos acompanhem**

E FIQUE POR DENTRO DE TODAS AS NOVIDADES

 @novaremoveis



**ESPECIFICAÇÕES DO AMBIENTE:**

Câmara Municipal de Itaúna - MG  
FI 14  
Visto

**Recepção**

01 Bancada em L com 02 gavetas (trancas) conforme medidas enviadas





### **Considerações:**

Cores e especificações de acordo com o projeto  
Não incluso ligações e materiais elétricos.  
Dobradiça com amortecedor  
Corrediça telescópica comum  
Interno dos móveis no MDF branco tx

Este orçamento inclui todo material, mão de obra e transportes necessários para execução dos seus móveis com QUALIDADE, DURABILIDADE E FUNCIONALIDADE. Queremos garantir que seu móvel dure uma vida, por isso a escolha dos materiais, ferragens e acessórios são sempre nosso maior ponto de atenção. Estamos constantemente buscando melhorias no nosso processo de produção, com os melhores acabamentos e as melhores ferragens do mercado.

**Valor Investido: R\$ 5.755,00**

### **Forma de pagamento:**

5% desconto à vista sendo 50% entrada e 50% entrega.

*Jessica Menezes Faria*



Assunto **Orçamento enviado do Balcão de atendimento.**  
De Emerson Juninho <premiermoveispla@gmail.com>  
Para Setor Compras <compras@cmitauna.mg.gov.br>  
Data 12/11/2025 09:58



- Orçamento Câmara .pdf(~465 KB)

Olá, bom dia.

Segue anexo o orçamento solicitado do móvel planejado balcão de atendimento, com as especificações citadas no memorando.

Teremos o maior prazer em atender vocês, somos referência em Itaúna em qualidade e confiança.

Telefone para contato: 37 999589750

Aguardo o retorno.

Att, equipe Premier Móveis Planejados.



## ORÇAMENTO

DATA: 10/11/2025

CLIENTE: CÂMARA DE ITAÚNA

DESCRIÇÃO	TOTAL VALOR R\$
Balcão de atendimento em MDF cor amadeirado	3.800,00
Total	3.800,00

OBS: DOBRADIÇAS COM AMORTECEDOR, CORREDIÇAS.

**FORMAS DE PAGAMENTO:**

X OU DINHEIRO.

CHEQUE A VISTA.

DATA DE ENTREGA: MARÇO 2026

*Emerson Junio do Amaral Santos*

EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS CNPJ 32.060.547/0001-79

Obrigado pela preferência!



Assunto **orçamento bancada recepção**  
De deivisson filipe <deivissonnogali@outlook.com>  
Para Setor de Compras <compras@cmitauna.mg.gov.br>  
Data 17/11/2025 10:01



- Sociedade São Vicente de Paula.pdf(~218 KB)

Enviado do meu iPhone

## ORÇAMENTO/RECIBO



Segue orçamento dos móveis planejados encomendados:

**Câmara municipal de Itaúna**  
**Estado Minas Gerais.**

**Bancada recepção.**

**R\$5.054,00**

**Obs: mdfs a definir.**

**Passives Condições de pagamento:**

**05% desconto à vista ( ato encomenda).**

**50 % entrada , cheque previsto fim serviço.**

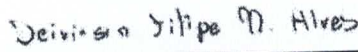
**Obs: Corrediças premium largas, dobradiças com amortecimento e fixação quádrupla, todos os móveis de área molhadas.! Já incluído**

**Puxadores em alumínio maximizando vida útil dos móveis!!**

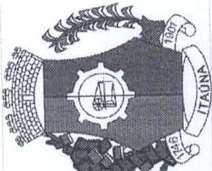
Este orçamento inclui todo material, mão de obra necessários para execução destes. Esperamos merecer a vossa preferência e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos e negociações.

\_\_\_\_\_  
Cliente

  
Izaias Alves Dias

  
Deivisson Filipe N. Alves





QUADRO COMPARATIVO DE PREÇOS SIMPLES  
Pesquisa de Preços Nº 000040/2025 - Processo Nº 1/2025 - MENOR PREÇO GLOBAL

Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS		DIMOVEIS LTDA		INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS PLANEJADOS LTDA		Total
					Unitário	Total	Unitário	Total	Unitário	Total	
001	00001177	ARMARIO BALCÃO	UND	1	3.800,00	3.800,00	5.054,00	5.054,00	5.755,00	5.755,00	
					3.800,00		5.054,00		5.755,00		
					Valor Total OBTIDO						
					Valor Total VENCIDO						

Câmara Municipal de Itauna  
FI 70  
Visto

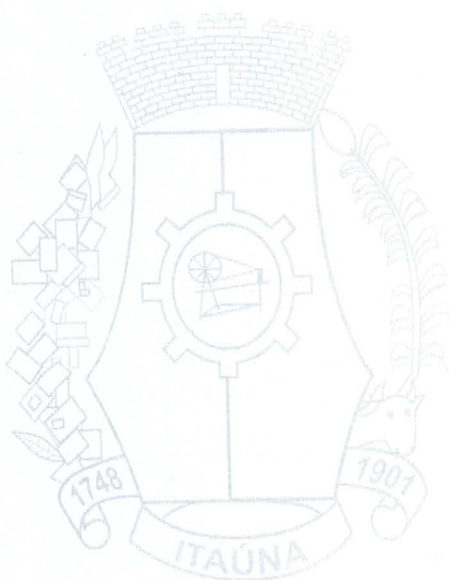


**PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES**

**Pesquisa de Preços Nº 000040/2025 - 17/11/2025 - Processo Nº /2025**

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001		00001177	ARMÁRIO BALCÃO	UND	1	4.869,670	4.869,67

**4.869,67**







# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Câmara Municipal de Itaúna - MG  
Fl. 22  
Visto

### VENCEDORES DE PREÇOS SIMPLES

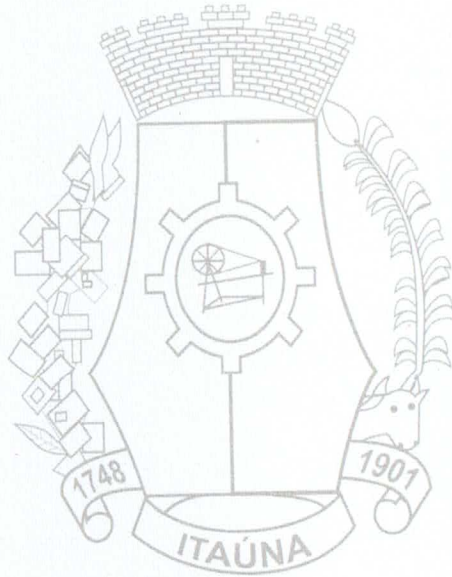
Pesquisa de Preços Nº 000040/2025 - 17/11/2025 - Processo Nº /2025

Vencedor	EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS
CNPJ	32.060.547/0001-79
Endereço	RUA JOSE ZOZIMO LOPES, 90 - JUSCELINO KUBITSCHEK - ITAÚNA - MG - CEP: 35680000
Contato	1111111111

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001		00001177	ARMÁRIO BALCÃO	UND	1	3.800,00	3.800,00

Total do Fornecedor: 3.800,00

Total Geral: 3.800,00





**ORDENAÇÃO DE DESPESA**

Itaúna/MG, 17 de novembro de 2025

Ao  
Departamento de Contabilidade

Processo Nº 000040/2025

Em atendimento aos termos da Lei Federal nº . 14.133/2021 e Lei Complementar nº . 101/2000, solicito a V. Sa. informar se existe adequação orçamentária financeira com a Lei Orçamentária anual do exercício de 2025 e compatibilidade com o plano plurianual e lei de diretrizes orçamentária informando sobre a reserva de dotação orçamentária que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes Aquisição de uma bancada de atendimento, conforme as necessidades desta Casa Legislativa - MG., cujo valor estimado global é de R\$ 4.869,67 (quatro mil oitocentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

Dotações:

00020-15010000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
(01001.0103100012.002.44905200000.15010000000)

Atenciosamente,



Silvano José Vilaça  
**Gerente Administrativo e Financeiro**



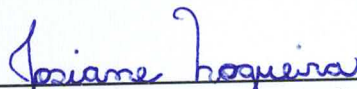
INFORMAÇÕES SOBRE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2025

Informo que há disponibilidade orçamentária para 2025 em atendimento do que se requer, conforme elemento de despesa:

Elemento de Despesa	Ficha
44905200	20

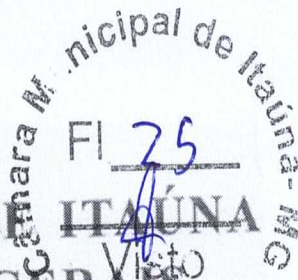
Itaúna/MG, 17/11/2025

  
Josiane Nogueira Santos Carvalho  
Chefe Contábil





**CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**OFÍCIO**

**Itaúna, 24 de novembro de 2025**

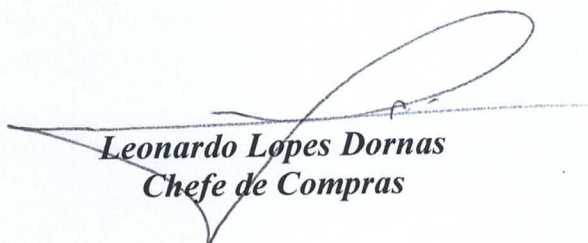
**DE: Leonardo Lopes Dornas**  
**Chefe de Compras**

**PARA: Ramon de Almeida Pereira**  
**Agente de Contratação**

Prezado Ramon,

Em atendimento ao Rito da Lei Federal, 14.133/2021, solicito manifestação acerca de qual modalidade devemos seguir a fim de dar andamento ao Processo nº 40/2025, cujo objeto é aquisição de bancada de atendimento em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Itaúna/MG.

Atenciosamente,

  
**Leonardo Lopes Dornas**  
**Chefe de Compras**





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Getúlio Vargas, nº 800 - Centro - CEP 35680-037 - Telefax: 0xx(37) 3249-2050  
E-mail: [camara@cmitauna.mg.gov.br](mailto:camara@cmitauna.mg.gov.br) - Site: [www.cmitauna.mg.gov.br](http://www.cmitauna.mg.gov.br)

Processo Administrativo de Contratação da CMI 40/2025  
Dispensa de Licitação 36/2025

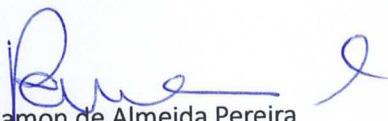
Objeto: Aquisição de uma bancada de atendimento para a Câmara Municipal de Itaúna, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no respectivo Termo de Referência.

Tendo em vista a exigência da Resolução 05/2023 desta Casa Legislativa pelo acompanhamento do Agente de Contratação do trâmite dos processos administrativos de compra/contratação, manifestamos a favor da referida aquisição/contratação, referente ao objeto proposto, mediante DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR, com fundamento legal no artigo 75, inciso II, da Lei Federal 14.133/21, com base nos orçamentos e pesquisas de preços levantados pela Unidade Administrativa – setor de compras, desde que não se trate de parcelas de aquisição/contratação de produtos do mesmo gênero que possa ser adquirida/contratada de uma só vez e possa superar o limite legal anual.

A referida aquisição/contratação deverá seguir estritamente o que foi previsto e especificado no respectivo TERMO DE REFERÊNCIA - anexado ao processo.

Esta é nossa manifestação, respeitados entendimentos diversos.

Itaúna, 24 de novembro de 2025.

  
Ramon de Almeida Pereira  
Agente de Contratação



**OFICIO**

Na qualidade de ordenador de despesas, autorizo a presente **INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**, nos termos da requisição, manifestação do Agente de Contratação e termo de referência anexo, conforme artigo 75 II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Encaminha-se a gerência administrativa para as providências cabíveis.

Itaúna, 24 de novembro de 2025.



**Antônio de Miranda Silva**  
**Presidente da Câmara Municipal de Itaúna**



[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 32.060.547/0001-79  
**Razão Social:** EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS 10373474636  
**Endereço:** R CRISPIM RODRIGUES 115 / JUSCELINO KUBITSCHKE / ITAUNA / MG / 35681-366

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 15/11/2025 a 14/12/2025

**Certificação Número:** 2025111504575312639982

Informação obtida em 17/11/2025 11:11:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS 10373474636**  
**CNPJ: 32.060.547/0001-79**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:22:41 do dia 24/11/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/05/2026.

Código de controle da certidão: **47A2.A146.F974.95B4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Câmara Municipal de Itaúna - MG  
Fl. 30  
Visto

## Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS 10373474636**

CPF/CNPJ: **32.060.547/0001-79**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 11:08:54 do dia 17/11/2025 , com validade até o dia 17/12/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 11jWn1WJmOd5Vtc6xhv7

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS 10373474636 (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 32.060.547/0001-79  
Certidão n°: 70226658/2025  
Expedição: 17/11/2025, às 11:10:46  
Validade: 16/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS 10373474636 (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 32.060.547/0001-79, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



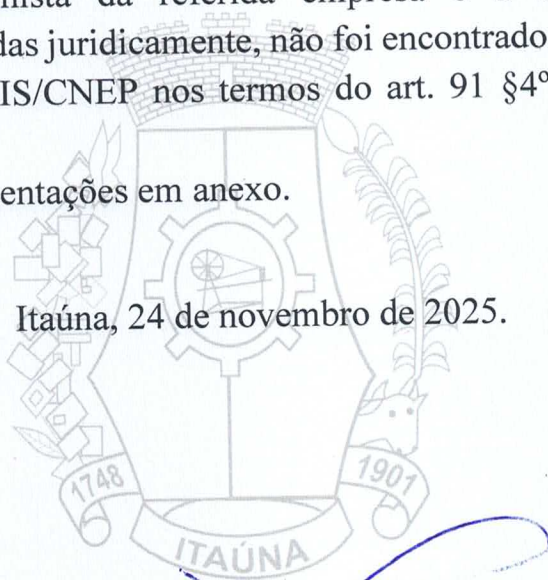
**CONCLUSÃO**

Após a manifestação do agente de contratação e a autorização do Sr. Presidente Antônio de Miranda Silva, informamos que a empresa EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS, CNPJ: 32.060.547/0001-79, foi a vencedora, conforme Processo Licitatório n.º 40/2025, por apresentar a melhor proposta orçamentária.

Foram recolhidas a Certidão Negativa de Débitos Tributários Federais, FGTS, CND Trabalhista da referida empresa e a mesma encontra-se regularmente habilitadas juridicamente, não foi encontrado nenhum registro da empresa junto ao CEIS/CNEP nos termos do art. 91 §4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Seguem documentações em anexo.

Itaúna, 24 de novembro de 2025.



*Leonardo Lopes Dornas*  
**Chefe de Compras**



DELIBERAÇÕES

A DELIBERAÇÕES SOBRE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO Nº 000040/2025

MODALIDADE: (Dispensa N.º 000036/2025)

MOTIVAÇÃO: Aquisição de uma bancada de atendimento, conforme as necessidades desta Casa Legislativa - MG..

PROPOSITOR VENCEDOR: EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS

À Procuradoria Geral do Legislativo

Considerando:

- Que o presente processo trata de **contratação direta por dispensa de licitação**, nos termos do **art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, por se tratar de contratação de baixo valor, cujo montante não ultrapassa o limite legalmente estipulado para contratações dessa natureza por entes públicos municipais;
- Que **não se configura fracionamento de despesa**, conforme previsto no § 3º do artigo 75 da referida Lei, uma vez que a contratação não integra parcela de um objeto maior que poderia ser contratado de forma global;
- Que o proponente vencedor encontra-se **regularmente cadastrado perante a Receita Federal**, com situação cadastral ativa, e apresentou a documentação exigida para fins de habilitação, notadamente as **Certidões Negativas de Débito junto ao INSS (CND) e ao FGTS (CRF)**, atendendo ao disposto no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021;
- Que o **valor apresentado**, no montante de **R\$ 3.800,00 (três mil oitocentos reais)**, foi considerado compatível com os preços de mercado, conforme pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras nos termos do artigo 23 da referida Lei, sendo a **melhor proposta** recebida por esta Casa Legislativa;



DELIBERAÇÕES

- Que todo o procedimento de contratação direta observou as fases previstas nos **artigos 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021**, com a devida **formalização, motivação, instrução processual e aprovação jurídica**;
- Que a **Procuradoria-Geral do Legislativo** deverá exarar parecer jurídico nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, para atestar a regularidade jurídica do procedimento.

DELIBERAMOS:

- a) Pela **ratificação do reconhecimento da regularidade** do processo de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b) Pela **submissão do processo à análise e parecer da Procuradoria-Geral do Legislativo**, conforme o artigo 53 da referida Lei, como condição para prosseguimento da fase de homologação;
- c) Estando o processo devidamente instruído e aprovado, **deliberamos pela HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO** do objeto do presente procedimento em favor do proponente, nos termos do artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

Itaúna/MG, 24 de novembro de 2025.



Sílvia José Vilaça

Gerente Administrativo e Financeiro



**PARECER ADMINISTRATIVO 85/2025**

**Interessado:** Secretaria Administrativa e Financeira

**Assunto:** DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR – Aquisição de bancada de atendimento conforme s necessidades da Câmara Municipal de Itaúna

**Modalidade:** Dispensa de licitação – art. 75 II da Lei 14.133/21.

**1 – RELATÓRIO:**

Trata-se o presente expediente de análise jurídica acerca da possibilidade de “Aquisição de uma bancada de atendimento, conforme necessidades desta Casa Legislativa”.

A justificativa para a aquisição sustenta que em atendimento ao Ofício nº 090/2025, advindo do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) faz-se necessária a aquisição de um novo balcão de atendimento acessível, dimensionado sob medida, de forma a atender integralmente aos requisitos de acessibilidade previstos na ABNT NBR 9050/2020, garantindo o uso adequado por pessoas em cadeira de rodas e demais usuários com mobilidade reduzida.

Os autos vieram instruídos com os documentos necessários para emissão deste parecer.

É, em síntese, o relatório.

**2 – PRELIMINARMENTE:**

Ressalta-se que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

*“O parecer da assessoria jurídica constitui um controle sob o prisma da legalidade, isto é, a opinião emitida atesta que o procedimento respeitou todas as exigências legais. O parecerista jurídico não tem competência para imiscuir-se nas questões eminentemente técnicas do edital.”*  
**(Acórdão TCU 1492/21).**

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico.

Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

O presente parecer é de natureza meramente opinativa e não vinculante, constituindo-se em subsídio técnico-jurídico à Administração da Câmara Municipal de Itaúna. Ressalta-se que as



autoridades competentes para sua análise dispõem de plena liberdade para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.

Por último, cumpre registrar que o presente parecer não substitui ou vincula eventuais pareceres das Comissões Permanentes.

### **3 – FUNDAMENTAÇÃO:**

A Administração Pública deve agir norteadas pelos princípios basilares do Direito Administrativo, em especial os da legalidade, publicidade, eficiência, impessoalidade e moralidade e a regra para compras e contratações é o procedimento licitatório, de forma a assegurar a ampla participação e concorrência e busca pela proposta mais vantajosa.

Entretanto, em alguns casos ressalvados pela legislação, por peculiaridades próprias, a licitação acaba não sendo a alternativa mais eficiente no alcance do interesse público. Seja por ser inviável a competição ou por não ser a forma econômica.

Imperioso destacar que a licitação tem um custo financeiro para a Administração Pública e na hipótese em debate o custo financeiro poderá ser superior ao benefício que dela, licitação, advirá.

Nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, é dispensável a licitação para aquisição de bens ou serviços cujo valor não ultrapasse o limite legal estabelecido para a modalidade de dispensa em razão do valor. Vejamos:

***Art. 75. É dispensável a licitação:***

***I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;***

***II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (GRIFOS NOSSOS).***

***(...)***

Insta ainda que os valores estabelecidos na Lei de Licitação e Contratos (Lei 14.133/21) foram atualizados pelo Decreto Federal nº 12.3433 de 20 de dezembro de 2024. No que se refere à modalidade em debate, os valores estabelecidos no artigo supramencionado foram atualizados para: **Art. 75 – inciso I – R\$ 125.451,15 e inciso II – R\$ 62.725,59.**

**Considerando que o valor do objeto em análise (R\$ 3.800,00 - Quadro Comparativo de Preços Simples – fls.20)** se enquadra nessa hipótese, não há impedimento legal para a adoção da dispensa de licitação; desde que sejam observados os requisitos formais da lei, como justificativa da escolha do fornecedor, pesquisa de preços e instrução do processo administrativo correspondente.

Ainda, o critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está positivado no art. 23, da Lei nº. 14.1333/2021:



*“Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

*§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;*

*IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;*

*V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.”*

Ressalta-se que para fins de aferição dos valores que atendam aos limites deverão ser observados o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora e o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Em regra, as contratações que tenham como fundamento dispensa em razão do valor serão **preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

No caso em conteúdo, as disposições legais foram atendidas.

Frisa-se que não compete esta Procuradoria *se imiscuir na análise do mérito da justificativa apresentada, cabendo tão somente a análise dos aspectos jurídicos documentais do presente processo*, tendo em vista a presunção de legitimidade e veracidade das informações prestadas pelos demais agentes públicos.

#### **4 – CONCLUSÃO:**





## CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS



Diante de todo o exposto, considerando o limite da análise jurídica, o **Parecer é favorável** à aquisição de uma bancada de atendimento, conforme necessidades desta Casa Legislativa.

Reiteramos que a presente manifestação é meramente opinativa e não vinculante.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Itaúna 24 de novembro de 2025.

Luís Fernando Moreira Mendes  
Procurador Geral do Legislativo

Santusa Cristina Daniele Parreiras de Queiroz  
Procuradora Legislativa




## TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

RECONHEÇO E RATIFICO com base nos Arts. 72 e 75 da Lei Federal Nº 14.133/2021, e a vista do Parecer Administrativo Nº85/2025 da Procuradoria da Câmara Municipal de Itaúna, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº000036/2025 PROCESSO Nº000040/2025, com fundamento nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei Federal Nº 14.133/2021, para contratação da empresa EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS, **vencedora no valor de R\$ 3.800,00**, estando dentro do preço de mercado; cujo objeto: Aquisição de uma bancada de atendimento, conforme as necessidades desta Casa Legislativa - MG.

Itaúna, 28 de novembro de 2025.

  
**Silvano José Vilaça**  
Gerente Administrativo e Financeiro

  
**Antônio de Miranda Silva**  
Presidente da Câmara Municipal de Itaúna  
Homologo e autorizo o empenho,






### CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA ESTADO DE MINAS GERAIS

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

RECONHEÇO E RATIFICO com base nos Arts. 72 e 75 da Lei Federal Nº 14.133/2021, e a vista do Parecer Administrativo Nº85/2025 da Procuradoria da Câmara Municipal de Itaúna, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº000036/2025 PROCESSO Nº000040/2025, com fundamento nos termos do inciso II do Art. 75 da Lei Federal Nº 14.133/2021, para contratação da empresa EMERSON JUNIO DO AMARAL SANTOS, vencedora no valor de R\$ 3.800,00, estando dentro do preço de mercado; cujo objeto: Aquisição de uma bancada de atendimento, conforme as necessidades desta Casa Legislativa - MG.

Itaúna, 28 de novembro de 2025.

  
Silvano José Vilça  
Gerente Administrativo e Financeiro

  
Antônio de Miranda Silva  
Presidente da Câmara Municipal de Itaúna  
Homologo e autorizo o empenho,